



C0049350A

CÂMARA DOS DEPUTADOS

**PROPOSTA DE EMENDA À
CONSTITUIÇÃO N.º 407, DE 2014**
(Do Sr. Carlos Souza e outros)

Acrescenta o inciso XII ao art.109 da Constituição Federal para estabelecer a competência dos Juízes Federais para processar e julgar as causas relativas à liberdade de expressão.

DESPACHO:
À COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA

APRECIÇÃO:
Proposição Sujeita à Apreciação do Plenário

PUBLICAÇÃO INICIAL
Art. 137, caput - RICD

As Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, nos termos do art. 60 da Constituição Federal, promulgam a seguinte emenda ao texto constitucional:

Art. 1º O art. 109 da Constituição Federal passa a vigorar acrescido do inciso XII, com a seguinte redação:

"Art. 109.....

.....
XII – as causas relativas à liberdade de expressão”. (NR)

Art. 2º Esta Emenda Constitucional entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

A proposta de emenda à Constituição, que ora apresentamos, visa a transferir para a Justiça Federal a competência para processar e julgar as causas relativas ao exercício da liberdade de expressão, com o objetivo de reduzir as influências locais, políticas e econômicas na sua apreciação. A medida, a nosso ver, garantirá a imparcialidade no processo e julgamento dessas lides.

São inúmeros os casos de perseguição a jornalistas que contrariam os interesses de grandes grupos econômicos e políticos. Quando escapam da perseguição da máquina judiciária, os profissionais da imprensa acabam sendo atingidos pela violência física.

Diante da imparcialidade do Ministério Público e do Poder Judiciário, em diversos casos as vítimas apelam para a Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH) da Organização dos Estados Americanos (OEA), nos Estados Unidos, cujos membros ficam estarelecidos com a leitura preliminar de processos e de esdrúxulas sentenças de condenação por crime de opinião. Infelizmente trata-se de exposição extremamente negativa para o Poder Judiciário, o Ministério Público e o Brasil.

Levantamento realizado pelo Comitê de Proteção de Jornalistas (CPJ) colocava o Brasil como o 18º país mais perigoso para o exercício da profissão em 2010. Dois anos depois, já estava em quarto lugar, com quatro assassinatos em represália a reportagens – perdendo apenas para a Síria, Somália e Paquistão. Em geral, os profissionais assassinados vivem em cidades pequenas e trabalham em veículos de comunicação de abrangência local, a exemplo de Rodrigo Neto, em Minas Gerais e Décio Sá, no Maranhão. Mas, também, há o assassinato de profissionais de grandes empresas, como o emblemático caso do jornalista Tim Lopes, da Rede Globo.

A fim de minorar as possibilidades de ingerência e influência de poderosos grupos econômicos e políticos, torna-se fundamental que o processamento e o julgamento das ações que envolvam a liberdade de expressão sejam da competência da Justiça Federal.

Certo de que os ilustres Pares poderão aquilatar a importância da presente proposta, aguardamos confiantes a sua acolhida.

Sala das Sessões, em 21 de maio de 2014.

Deputado CARLOS SOUZA

Autor da Proposição: CARLOS SOUZA E OUTROS

Proposição: PEC 0407/2014

Ementa: Acrescenta o inciso XII ao art. 109 da Constituição Federal para estabelecer a competência dos Juízes Federais para processar e julgar as causas relativas à liberdade de expressão.

Data de Apresentação: 21/05/2014

Possui Assinaturas Suficientes: SIM

Totais de Assinaturas:

Confirmadas 171

Não Conferem 004

Fora do Exercício 002

Repetidas 008

Ilegíveis 000

Retiradas 000

Total 185

Confirmadas

1 ABELARDO CAMARINHA PSB SP

2 ADEMIR CAMILO PROS MG

3 ALBERTO FILHO PMDB MA
4 ALEX CANZIANI PTB PR
5 ALEXANDRE ROSO PSB RS
6 ALEXANDRE TOLEDO PSB AL
7 ALINE CORRÊA PP SP
8 AMAURI TEIXEIRA PT BA
9 ANDRÉ FIGUEIREDO PDT CE
10 ANSELMO DE JESUS PT RO
11 ANTÔNIO ANDRADE PMDB MG
12 ANTONIO BALHMANN PROS CE
13 ANTONIO BULHÕES PRB SP
14 ARIOSTO HOLANDA PROS CE
15 ARMANDO VERGÍLIO SD GO
16 ARNON BEZERRA PTB CE
17 ÁTILA LIRA PSB PI
18 BENJAMIN MARANHÃO SD PB
19 BETINHO ROSADO PP RN
20 BETO ALBUQUERQUE PSB RS
21 BETO FARO PT PA
22 BIFFI PT MS
23 CARLOS EDUARDO CADOCA PCdoB PE
24 CARLOS SOUZA PSD AM
25 CELSO MALDANER PMDB SC
26 CÉSAR HALUM PRB TO
27 CHICO DAS VERDURAS PRP RR
28 CLÁUDIO PUTY PT PA
29 CLEBER VERDE PRB MA
30 DANIEL ALMEIDA PCdoB BA
31 DARCÍSIO PERONDI PMDB RS
32 DAVI ALCOLUMBRE DEM AP
33 DEVANIR RIBEIRO PT SP
34 DOMINGOS DUTRA SD MA
35 DOMINGOS NETO PROS CE
36 DR. CARLOS ALBERTO PMN RJ
37 DR. JORGE SILVA PROS ES
38 DR. PAULO CÉSAR PR RJ
39 DUARTE NOGUEIRA PSDB SP
40 EDINHO BEZ PMDB SC
41 EDMAR ARRUDA PSC PR
42 EDSON PIMENTA PSD BA
43 EDSON SANTOS PT RJ
44 EDSON SILVA PROS CE
45 EDUARDO GOMES SD TO
46 EDUARDO SCIARRA PSD PR
47 EFRAIM FILHO DEM PB
48 ELIENE LIMA PSD MT
49 ENIO BACCI PDT RS
50 ERIVELTON SANTANA PSC BA
51 EROS BIONDINI PTB MG
52 EUDES XAVIER PT CE
53 FELIPE BORNIER PSD RJ
54 FELIPE MAIA DEM RN
55 FRANCISCO ESCÓRCIO PMDB MA
56 FRANCISCO TENÓRIO PMN AL

57 GABRIEL GUIMARÃES PT MG
58 GEORGE HILTON PRB MG
59 GERALDO RESENDE PMDB MS
60 GERALDO SIMÕES PT BA
61 GERALDO THADEU PSD MG
62 GIOVANNI QUEIROZ PDT PA
63 GIVALDO CARIMBÃO PROS AL
64 GLADSON CAMELI PP AC
65 GONZAGA PATRIOTA PSB PE
66 GUILHERME MUSSI PP SP
67 HENRIQUE OLIVEIRA SD AM
68 IRACEMA PORTELLA PP PI
69 IRINY LOPES PT ES
70 JAIME MARTINS PSD MG
71 JAIR BOLSONARO PP RJ
72 JAIRO ATAÍDE DEM MG
73 JAQUELINE RORIZ PMN DF
74 JOÃO CAMPOS PSDB GO
75 JOÃO DADO SD SP
76 JOÃO MAGALHÃES PMDB MG
77 JOÃO PAULO LIMA PT PE
78 JOSÉ CARLOS ARAÚJO PSD BA
79 JOSÉ CHAVES PTB PE
80 JOSE STÉDILE PSB RS
81 JOSUÉ BENGTON PTB PA
82 JOVAIR ARANTES PTB GO
83 JÚLIO CAMPOS DEM MT
84 JÚLIO CESAR PSD PI
85 JÚLIO DELGADO PSB MG
86 LAERCIO OLIVEIRA SD SE
87 LÁZARO BOTELHO PP TO
88 LEANDRO VILELA PMDB GO
89 LELO COIMBRA PMDB ES
90 LEONARDO MONTEIRO PT MG
91 LEONARDO PICCIANI PMDB RJ
92 LEONARDO QUINTÃO PMDB MG
93 LEOPOLDO MEYER PSB PR
94 LILIAM SÁ PROS RJ
95 LUCIANA SANTOS PCdoB PE
96 LUCIO VIEIRA LIMA PMDB BA
97 LUIZ CARLOS BUSATO PTB RS
98 LUIZ FERNANDO FARIA PP MG
99 LUIZ FERNANDO MACHADO PSDB SP
100 LUIZ SÉRGIO PT RJ
101 MAGELA PT DF
102 MAJOR FÁBIO PROS PB
103 MANATO SD ES
104 MANOEL JUNIOR PMDB PB
105 MANUELA D'ÁVILA PCdoB RS
106 MARCELO AGUIAR DEM SP
107 MARCELO CASTRO PMDB PI
108 MARCELO MATOS PDT RJ
109 MÁRCIO MARINHO PRB BA
110 MARCO MAIA PT RS

111 MARCO TEBALDI PSDB SC
112 MIGUEL CORRÊA PT MG
113 MILTON MONTI PR SP
114 MISSIONÁRIO JOSÉ OLÍMPIO PP SP
115 NELSON MARQUEZELLI PTB SP
116 NELSON MEURER PP PR
117 NEWTON CARDOSO PMDB MG
118 NILTON CAPIXABA PTB RO
119 ONOFRE SANTO AGOSTINI PSD SC
120 OSMAR SERRAGLIO PMDB PR
121 OSVALDO REIS PMDB TO
121 OTAVIO LEITE PSDB RJ
123 OZIEL OLIVEIRA PDT BA
124 PADRE JOÃO PT MG
125 PADRE TON PT RO
126 PAULO RUBEM SANTIAGO PDT PE
127 PEDRO CHAVES PMDB GO
128 PEDRO PAULO PMDB RJ
129 PENNA PV SP
130 PEPE VARGAS PT RS
131 PINTO ITAMARATY PSDB MA
132 POLICARPO PT DF
133 PROFESSOR SETIMO PMDB MA
134 PROFESSORA DORINHA SEABRA REZE DEM TO
135 RATINHO JUNIOR PSC PR
136 REBECCA GARCIA PP AM
137 REGINALDO LOPES PT MG
138 ROBERTO BRITTO PP BA
139 ROBERTO SANTIAGO PSD SP
140 RODRIGO DE CASTRO PSDB MG
141 RONALDO FONSECA PROS DF
142 ROSE DE FREITAS PMDB ES
143 RUBENS BUENO PPS PR
144 RUBENS OTONI PT GO
145 SABINO CASTELO BRANCO PTB AM
146 SALVADOR ZIMBALDI PROS SP
147 SANDES JÚNIOR PP GO
148 SANDRO MABEL PMDB GO
149 SEBASTIÃO BALA ROCHA SD AP
150 SÉRGIO BRITO PSD BA
151 SÉRGIO MORAES PTB RS
152 SILVIO TORRES PSDB SP
153 TAKAYAMA PSC PR
154 VALADARES FILHO PSB SE
155 VALMIR ASSUNÇÃO PT BA
156 VALTENIR PEREIRA PROS MT
157 VANDERLEI SIRAQUE PT SP
158 VICENTE CANDIDO PT SP
159 VILMAR ROCHA PSD GO
160 VILSON COVATTI PP RS
161 WALDENOR PEREIRA PT BA
162 WALDIR MARANHÃO PP MA
163 WELITON PRADO PT MG
164 WELLINGTON ROBERTO PR PB

165 WEVERTON ROCHA PDT MA
166 WILLIAM DIB PSDB SP
167 WILSON FILHO PTB PB
168 WLADIMIR COSTA SD PA
169 ZÉ GERALDO PT PA
170 ZEQUINHA MARINHO PSC PA
171 ZOINHO PR RJ

<p>LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA COORDENAÇÃO DE ESTUDOS LEGISLATIVOS - CEDI</p>

**CONSTITUIÇÃO
DA
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
1988**

.....

**TÍTULO IV
DA ORGANIZAÇÃO DOS PODERES**

.....

**CAPÍTULO III
DO PODER JUDICIÁRIO**

.....

**Seção IV
DOS TRIBUNAIS REGIONAIS FEDERAIS E DOS JUÍZES FEDERAIS**

.....

Art. 109. Aos juízes federais compete processar e julgar:

I - as causas em que a União, entidade autárquica ou empresa pública federal forem interessadas na condição de autoras, rés, assistentes ou oponentes, exceto as de falência, as de acidentes de trabalho e as sujeitas à Justiça Eleitoral e à Justiça do Trabalho;

II - as causas entre Estado estrangeiro ou organismo internacional e Município ou pessoa domiciliada ou residente no País;

III - as causas fundadas em tratado ou contrato da União com Estado estrangeiro ou organismo internacional;

IV - os crimes políticos e as infrações penais praticadas em detrimento de bens, serviços ou interesse da União ou de suas entidades autárquicas ou empresas públicas, excluídas as contravenções e ressalvada a competência da Justiça Militar e da Justiça Eleitoral;

V - os crimes previstos em tratado ou convenção internacional, quando, iniciada a execução no País, o resultado tenha ou devesse ter ocorrido no estrangeiro, ou reciprocamente;

V-A - as causas relativas a direitos humanos a que se refere o § 5º deste artigo; .
([Inciso acrescido pela Emenda Constitucional nº 45, de 2004](#))

VI - os crimes contra a organização do trabalho e, nos casos determinados por lei, contra o sistema financeiro e a ordem econômico-financeira;

VII - os *habeas corpus*, em matéria criminal de sua competência ou quando o constrangimento provier de autoridade cujos atos não estejam diretamente sujeitos a outra jurisdição;

VIII - os mandados de segurança e os *habeas data* contra ato de autoridade federal, excetuados os casos de competência dos tribunais federais;

IX - os crimes cometidos a bordo de navios ou aeronaves, ressalvada a competência da Justiça Militar;

X - os crimes de ingresso ou permanência irregular de estrangeiro, a execução de carta rogatória, após o *exequatur*, e de sentença estrangeira, após a homologação, as causas referentes à nacionalidade, inclusive a respectiva opção, e à naturalização;

XI - a disputa sobre direitos indígenas.

§ 1º As causas em que a União for autora serão aforadas na seção judiciária onde tiver domicílio a outra parte.

§ 2º As causas intentadas contra a União poderão ser aforadas na seção judiciária em que for domiciliado o autor, naquela onde houver ocorrido o ato ou fato que deu origem à demanda ou onde esteja situada a coisa, ou, ainda, no Distrito Federal.

§ 3º Serão processadas e julgadas na Justiça estadual, no foro do domicílio dos segurados ou beneficiários, as causas em que forem parte instituição de previdência social e segurado, sempre que a comarca não seja sede de vara do juízo federal, e, se verificada essa condição, a lei poderá permitir que outras causas sejam também processadas e julgadas pela Justiça estadual.

§ 4º Na hipótese do parágrafo anterior, o recurso cabível será sempre para o Tribunal Regional Federal na área de jurisdição do juiz de primeiro grau.

§ 5º Nas hipóteses de grave violação de direitos humanos, o Procurador-Geral da República, com a finalidade de assegurar o cumprimento de obrigações decorrentes de tratados internacionais de direitos humanos dos quais o Brasil seja parte, poderá suscitar, perante o Superior Tribunal de Justiça, em qualquer fase do inquérito ou processo, incidente de deslocamento de competência para a Justiça Federal. ([Parágrafo acrescido pela Emenda Constitucional nº 45, de 2004](#))

Art. 110. Cada Estado, bem como o Distrito Federal, constituirá uma seção judiciária, que terá por sede a respectiva capital, e varas localizadas segundo o estabelecido em lei.

Parágrafo único. Nos Territórios Federais, a jurisdição e as atribuições cometidas aos juízes federais caberão aos juízes da Justiça local, na forma da lei.

FIM DO DOCUMENTO